



Presidente p.8

Governo deve “explicar se vai ou não tomar medidas adicionais”



PSD p.12

Assuntos do Estado não podem ser tratados como uma “conversa de café”

POVO LIVRE



nº 1919

20 de abril de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

PORTUGAL DEVE TER UM PAPEL MAIS ATIVO NA EUROPA



Pedro Passos Coelho encerrou a 9.ª edição da Universidade Europa do PSD

Portugal deve ter um papel mais ativo na Europa

Pedro Passos Coelho exige que primeiro-ministro esclareça quais as perspetivas de médio prazo para o país, questionando se o Governo se está a preparar para dar más notícias. “Era importante que o Governo esclarecesse como é que vê as perspetivas de médio prazo para Portugal e para os portugueses. As boas notícias que quis dar nos primeiros meses de Governo eram exageradas, imprudentes?”, questionou Passos Coelho, na Curia, distrito de Aveiro, no encerramento da 9.ª edição da Universidade Europa, domingo, 17 de abril.

“Se eram, deve reconhecê-lo e dizer aos portugueses que muitas das decisões que tomou ao reverter medidas estruturais importantes que tinham sido feitas nos últimos anos e que não tinham nada que ver com austeridade (...) não correspondeu à decisão adequada”, argumentou.

Numa intervenção que durou cerca de 45 minutos, Passos Coelho defendeu que o Governo “deve interromper as reversões que tem vindo a fazer, cada vez mais às escondidas para que não se repare que elas estão a ser feitas” na educação, no ambiente e nas empresas públicas.

“Mas deve também dizer com clareza aos portugueses qual é então o caminho que pode seguir, para que a maioria que hoje governa o país possa, em vez de criar expectativas negativas sobre o futuro, dizer aos portugueses aquilo com que eles podem contar”, afirmou presidente do PSD.

Na “aula” final da iniciativa promovida pelo PSD, JSD, Instituto Francisco Sá Carneiro e Partido Popular Europeu (PPE), Passos Coelho argumentou, a esse propósito, que os portugueses “são adultos e vivem bem com a verdade. O que não vivem bem é com a ilusão, com a prestidigitação, com os números de circo em que de repente tudo vai bem e numa semana, como aconteceu há cinco anos atrás, o mundo muda e tudo passa a ser pior”.

“Exige-se mais sentido de responsabilidade e de futuro à maioria que nos governa e exige-se que possam falar aos portugueses de uma forma verdadeira e que indique com clareza qual é o caminho que se vai seguir”, reafirmou.

Comentando a conduta da atual maioria, Pedro Passos Coelho referiu que a ação do Governo, que tem aproximado Portugal à Grécia, gera preocupação, alertando que “depois dos esforços que os portugueses fizeram e do que conseguiram, por que é que o Governo quer que Portugal esteja cada vez mais próximo do exemplo da Grécia?” “Não se percebe. Percebo que se queira mostrar solidariedade, tal como eu fiz. Os esforços que fizemos durante mais de três anos foi para nos aproximar da Irlanda, para termos mais autonomia e decisão, não da Grécia. Esta aproximação fragiliza-nos junto dos mercados financeiros”.

O presidente social-democrata entende que o que António Costa fez na Grécia foi desrespeitar os esforços dos portugueses. Ou talvez tenha feito um primeiro ensaio para mostrar que as coisas não vão tão bem quanto se previa. “António Costa já lançou dúvidas do que podia ser o plano B das contas públicas portuguesas. E foi o Governo que deu a conhecer informações que lançam nuvens sobre o futuro. E, de repente, os portugueses não percebem o que se passa. É importante que o governo esclareça. Qual a perspetiva de médio prazo para Portugal e os portugueses? As medidas que anunciou eram imprudentes? O Governo deve dizer se as medidas que tomou de reversão não correspondem à decisão adequada. O Governo deve interromper as reversões que tem vindo a fazer, cada vez mais às escondidas, na educação, no ambiente e nas empresas públicas. Deve dizer com clareza qual é o caminho que pode seguir para que a



maioria que governa o país possa dizer aos portugueses com o que podem contar. Os portugueses vivem bem com a verdade, não com a ilusão e os números de circo em que tudo vai bem e de repente tudo passa a ser pior. Queremos mais sentido de responsabilidade e de futuro à maioria que nos governa. Queremos que falem de forma verdadeira e diga que caminho vai seguir”, concluiu Pedro Passos Coelho.

Questão dos paraísos fiscais precisa de resposta à escala europeia

Sobre a questão das “offshores”, o líder do PSD entende que esta matéria necessita de uma resposta à escala europeia e que o PSD vai apresentar uma recomendação ao Governo para um “tratamento mais forte” contra paraísos fiscais. “Hoje estamos em condições de exigir um outro comportamento da Europa, desde logo para tratar do problema dos paraísos fiscais”. Relembrando o trabalho levado a cabo nos últimos anos, o líder social-democrata afirmou que em Portugal se fez um esforço para que o combate à evasão fiscal fosse mais intenso. “Sabemos que, à escala global, são vários os que fogem às obrigações e que beneficiam da falta de transparência para acumular riqueza. Temos tido uma política prudente nesta matéria em Portugal e precisamos de uma resposta à escala europeia”.

A recomendação, que o PSD vai apresentar durante esta semana ao Governo, obriga a que os países tenham, dentro do espaço europeu, “uma comunicação mais limpa, mais harmoniosa” sobre o que significam e como

deve ser feito o controlo sobre os paraísos fiscais. “Só vemos que ele possa ser exercido por autoridades financeiras e neste caso pelo próprio Banco Central Europeu (BCE), sobre a relação entre o sistema financeiro europeu e essas praças que têm regimes fiscais muitíssimo mais favoráveis”, disse Passos Coelho, na Curia, distrito de Aveiro, no encerramento da Universidade Europa.

Passos Coelho lembrou que Portugal, nos últimos anos, cumpriu “uma política bastante prudente” sobre a matéria das “offshores”. “Mantivemos, ao contrário de outros países europeus, na categoria de paraísos fiscais algumas destas ‘offshores’ que têm vindo a ser notícia por más razões”. O que significa que as autoridades tributárias em Portugal “não facilitaram a vida”.

O líder do PSD ressalva que, graças aos esforços de muitos e ao aperfeiçoamento das instituições europeias, e a decisões tomadas, permitiram vencer a emergência e que a generalidade dos países europeus tem vindo a recuperar. Por isso, é necessário que se criem mecanismos que permitam respostas comuns à escala europeia, pois cada país por si só não conseguirá resolver os problemas. “A responsabilidade nacional e a europeia têm de caminhar uma com a outra, gerando confiança entre todos. Se ficarmos com a ideia que uns fazem um esforço para outros gerarem mais facilismo, a resposta europeia será de divisão”, referiu o líder social-democrata.

Sobre a participação de Portugal na Europa, Pedro Passos Coelho lembrou que há 30 anos, todos pensavam que os anos seguintes seriam de uma enorme transformação, o que se verificou. O país de 1985 era muito diferente do de hoje, e era pior em muitos sentidos. “Tal não significa que tenhamos aproveitado completamente as vantagens. Podíamos estar muito melhor



se não tivéssemos cometido vários erros. Mas os erros do passado só podem ser importantes para não serem repetidos pelas novas gerações”, afirmou o líder do PSD.

Pedro Passos Coelho reiterou a necessidade de uma visão que colmate as falhas e que aperfeiçoe as instituições pelos olhos dos jovens: “Essa Europa não pode ser fechada em si própria. Temos de ser cada vez mais uma Europa cosmopolita e aberta, com relações intensas seja com a fronteira a sul seja no outro lado do atlântico seja por intermédio da fronteira com o oriente. Portugal ocupa uma posição central e não periférica deste ponto de vista. Estamos no centro da relação aberta que a Europa pode ter com o mundo”, frisou.

Para ajudar a Europa neste campo, o papel dos jovens é crucial. A Europa deve reconhecer que é uma sociedade envelhecida, com pessoas idosas que vivem cada vez mais anos e com menos jovens. Para lutar contra a perda de dinamismo, é necessário lutar contra os problemas do envelhecimento, abrindo as portas não só aos refugiados mas também a pessoas empreendedoras que queiram vir para a Europa acrescentar valor com a vontade de trabalhar. Pedro Passos Coelho afirmou que “A Europa é uma sociedade aberta, tolerante e democrática. É inclusiva. A Europa não tem de ser uma Europa fortaleza mas não pode ser de porta aberta para que quem não respeita os nossos valores os queiram por em causa. De que vale ser uma sociedade aberta à diferença sem pilares fortes que nos possam guiar para futuro?”

Neste campo, Portugal pode ajudar a Europa e beneficiar deste movimento. A Europa deve bater-se pelo dinamismo e não adiar a resolução dos problemas: “Se é para empurrar com a barriga, então cometeremos um erro trágico e as próximas crises serão mais violentas, e as suas consequências desagregadoras para os europeus. Os jovens devem bater-se por não adiar os problemas, desmascarar os discursos facilitistas e o radicalismo. Precisamos de criar a Europa em que acreditamos mas antes temos de criar a Europa com que podemos resolver os problemas de hoje para atingir o ideal de amanhã. E isso faz-se com realismo. O futuro depende sempre das nossas decisões. Ter esperança na Europa é ter esperança nos jovens.”





Simão Ribeiro: Políticas de juventude estão subjugadas a interesses do PS

O presidente da JSD acusou o ministro da Educação Tiago Brandão Rodrigues de subjugar as políticas de Juventude a interesses partidários e a interesses próprios dentro do Partido Socialista. “O senhor Ministro da Educação julgou-se o todo-poderoso, o ‘supra-entendido’ de todas as matérias, subjugando as políticas de Juventude àquilo que eram interesses da cor de um cartão partidário, aquilo que eram interesses da sua própria existência dentro do Partido Socialista”, afirmou Simão Ribeiro, na cerimónia de encerramento da Universidade Europa.

“Aquilo que tem feito na área da Juventude, desculpem-me a frontalidade, tem sido vergonhoso, cortando as oportunidades das políticas integradas em Portugal, transferindo-as apenas para um critério de mero caciquismo político, de partidarismo político, algo que será inaceitável para a JSD”, adiantou.

Respondendo a alegadas declarações do ministro que terá apontado a “visão antiquada” dos críticos das atuais políticas, Simão Ribeiro contrapôs que se ser antiquado garante a transparência nos critérios de nomeação de dirigentes na área da juventude em Portugal, “então a JSD é antiquada”.

O líder dos jovens social-democratas criticou ainda o que disse serem “trapalhadas” sucessivas em cinco meses de Governo socialista nas áreas da educação e juventude, considerando esse período como uma “telenovela que começou mal”.

“Acantonaram a pasta da Juventude à pasta da Educação, tirando-lhe a transversalidade e o poder de acompanhamento das diversas políticas setoriais”, sustentou.

No discurso perante cerca de 60 participantes na 9.ª edição da Universidade Europa, o líder da JSD exigiu ainda um pedido de desculpas do ministro da Educação aos jovens portugueses “na conduta que tem sido seguida” e que Tiago Brandão Rodrigues “dê explicações cabais e urgentes” no Parlamento sobre a área que tutela.



Na quarta-feira, num texto publicado na sua página pessoal do Facebook, o ex-secretário de Estado da Juventude e Desporto João Wengorovius Meneses revelou que saiu do Governo “em profundo desacordo” com o

ministro da Educação em relação às políticas seguidas e “ao modo de estar” no exercício de cargos públicos. O novo secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo, tomou posse quinta-feira.

“Crédito malparado não é uma questão urgente”

O “crédito malparado não é uma questão urgente”, uma vez que há “capacidade do sistema financeiro poder emprestar dinheiro à economia”. À entrada para uma reunião do comité executivo da Internacional Democrata do Centro (IDC), o líder do PSD considera ser “prematuro” falar da proposta de António Costa, já que não está disponível “uma informação adequada quanto àquele que é o propósito que o Governo verbalizou, através de uma entrevista do primeiro-ministro”.

“Quando tivermos uma noção mais objetiva do que é que está em causa, nessa altura conversaremos. Acho que não faz sentido estarmos simplesmente a comentar hipóteses teóricas de soluções cujos contornos não são conhecidos”, declarou.

Na opinião de Pedro Passos Coelho, aquilo que é necessário é “melhorar o perfil de capitalização das próprias empresas que recorrem ao crédito”. “Nós felizmente hoje não temos um problema de falta de capacidade do sistema financeiro para financiar a economia. Os bancos têm condições para emprestar dinheiro à economia e às empresas e não é portanto por falta de recursos que não se transfere mais financiamento para o lado das empresas”, justificou.

Os bancos estão, segundo o líder da oposição, “deviadamente apetrechados para poder emprestar dinheiro e para poder injetar financiamento na economia”.

“O primeiro-ministro falou de um problema que é um problema que existe em vários países da União Europeia, a evolução do crédito malparado na situação da banca, mas falar do problema diz-nos pouco sobre a solução que o Governo, em concreto no caso português, possa vir a defender”, disse ainda.

Questionado sobre o tema da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, Passos Coelho recordou que este é “um banco 100% público e nessa medida a capitalização deve ser feita pelo Estado”. “Os termos em que ela deve ser feita, só o Governo é que poderá apresentar. Nós conhecemos as regras europeias”, acrescentou.

Também neste tema, o líder social-democrata considera não poder comentar aquilo que não conhece, deixando para quando o Governo tiver uma solução para a questão da Caixa Geral de Depósitos eventuais posições já que “é um bocadinho difícil falar de coisas que são indiciadas, mas que não são objetivadas”. “A continuidade da Caixa como um banco público não está, pelo menos para o PSD, em questão. Aguardaremos pela solução que o Governo vier a apresentar na matéria da recapitalização”, reiterou.



O presidente do Partido Social Democrata esteve com o candidato a secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, num almoço da Internacional Democrata do Centro, 15 de abril de 2016, num hotel em Lisboa. segundo Passos Coelho declarou, esta era uma “boa oportunidade” para que António Guterres pudesse trazer aquela que é a sua perspetiva das mudanças necessárias à escala global em muitas dimensões, “mas em particular, nos problemas ligados aos refugiados e às migrações”. “O candidato que tem merecido um amplo consenso em Portugal, é a pessoa que melhor pode trazer essa sua experiência e essa sua visão para as Nações Unidas, num tempo em que problemas desta

amplitude só podem mesmo ser atacados e resolvidos à escala global”, defendeu.

Sublinhando o “passado bastante recheado de experiência política”, o líder do PSD espera que com esta participação no encontro Guterres “possa melhorar um bocadinho as perspetivas” para ser secretário-geral da ONU. “É essa a nossa motivação depois da belíssima prestação a que todos tivemos oportunidade de assistir esta semana com a sua apresentação. Temos hoje boas razões para acreditar que temos efetivamente um candidato português que pode acrescentar muito valor aquilo que é a necessidade de reformar um bocadinho as Nações Unidas”.



Mercearia Social apoiará 360 famílias carenciadas

Foi inaugurado na quinta-feira, 14 de abril, o primeiro supermercado social situado em Lisboa, uma iniciativa da Junta de Freguesia de Santo António, que tem o apoio da Fundação Portugal Telecom. O projeto, de nome “Valor Humano”, pretende ajudar no imediato 360 famílias carenciadas da freguesia lisboeta. Neste supermercado, os clientes podem adquirir produtos alimentícios, de higiene ou até didáticos através de créditos atribuídos pela Junta de Freguesia de Santo António.

As famílias, que totalizam mais de mil pessoas, passam a ter acesso a todo o tipo de produtos, como bens alimentares, vestuário, brinquedos, produtos para bebés ou material de papelaria, entre outros, a troco de dinheiro virtual, que lhes é atribuído pela junta. Os clientes podem assim adquirir produtos alimentícios, de higiene ou até didáticos, através de créditos atribuídos pela Junta de Freguesia de Santo António. Os pagamentos são realizados em “Santo Antónios” – e vêm em forma de notas timbradas, para evitar a falsificação.

O presidente do PSD esteve na inauguração da Mercearia Social Valor Humano, cerimónia a que se juntou também o autarca da capital, Fernando Medina, o ator Fernando Mendes, Paulo Neves, da PT, D. Januário Torgal, bispo emérito das Forças Armadas, e o presidente da Junta de Freguesia de Santo António, Vasco Morgado.

Pedro Passos Coelho elogiou a “experiência muito inovadora” e a um “exemplo notável”, “muito importante que pudesse ser seguido noutros municípios”. “Tão importante como o apoio e a ajuda, às vezes mais importante é a forma como o fazemos”, afirmou, por sua vez, o presidente da Câmara de Lisboa, para quem esta iniciativa “se funda no princípio e no valor da dignidade da pessoa humana”.

À margem do evento, Pedro Passos Coelho, manifestou deixar para mais tarde um comentário a notícia avançada pela TSF de que o ministro das Finanças se prepara para rever em baixa as previsões de crescimento da economia no Programa de Estabilidade: “Nós falaremos disso quando o Governo apresentar as suas previsões, não vale a pena estar a antecipar. Quando o Governo apresentar o Programa de Estabilidade depois falamos nisso”.

Sobre a expectativa em relação ao Programa de Estabilidade, Passos Coelho defendeu que “o mais importante de tudo é saber qual é a estratégia orçamental de médio prazo que o Governo pretende desenvolver”. “Isso é o importante e isso só saberemos quando o Governo comunicar porque, como foi patente durante a discussão do Orçamento do Estado, uma coisa é saber o que é que se vai fazer num ano, outra coisa é apresentar a pers-





petiva de médio prazo, como é que vamos lidar com as questões orçamentais e económicas nos próximos três anos e é isso que de alguma maneira é essencial para captar a confiança e a estabilidade do lado dos agentes económicos”, justificou.

Passos Coelho reiterou que aguarda pela apresentação da estratégia por parte do Governo, dizendo que o

executivo “ainda está a discutir isso dentro da maioria”, não sendo sequer “uma conversa que tivesse transpirado para os partidos da oposição”. E sublinhou ainda que quando foi apresentado o Orçamento do Estado para 2016 o PSD avisou que “o cenário macroeconómico era demasiado otimista”. “E não o dissemos de forma isolada, havia várias instituições, quer nacionais, quer estrangeiras, que chamavam a atenção para isso.

Os últimos indicadores que foram sendo apresentados apontam também nesse sentido, mas agora cabe ao Governo apresentar o seu próprio cenário”, defendeu.

A Valor Humano situa-se no número 3 da Calçada do Moinho de Vento, junto ao Campo dos Mártires da Pátria, freguesia de Santo António, em Lisboa.



Teresa Morais após a primeira reunião da comissão política do PSD

Governo deve “explicar se vai ou não tomar medidas adicionais”

A vice-presidente do PSD Teresa Morais considera que o ministro das Finanças vai ter “uma nova oportunidade”, para explicar tudo aquilo que entenda “aos deputados sobre a sua primeira declaração” na comissão de inquérito do Banif. Na quinta-feira, dia 14, o PSD tinha acusado o ministro das Finanças de prestar “um depoimento falso” na comissão de inquérito do Banif, sobre o seu papel na venda ao Santander Totta e que iria requerer o regresso do governante à comissão, estando esta nova audição já marcada para terça-feira.

“O senhor ministro Mário Centeno vai ter seguramente na comissão de inquérito uma nova oportunidade de explicar tudo aquilo que entenda que deve explicar aos deputados sobre a sua primeira declaração, em que parece claro que não foi rigoroso relativamente à informação que hoje é disponível”, disse Teresa Morais aos jornalistas, quando questionada na conferência de imprensa após a primeira comissão política do PSD, 15 de abril.

Na opinião da vice-presidente do PSD, se o ministro das Finanças “entende que houve algum equívoco, vai ter com certeza oportunidade de o explicar no lugar certo, que é a comissão de inquérito, onde vai voltar seguramente”.

Teresa Morais foi ainda questionada pelos jornalistas sobre as condições que o governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, para se manter no cargo – assunto que a vice-presidente do PSD esclareceu que não esteve em discussão na comissão política. “Não deve caber aos partidos políticos pronunciarem-se sobre as condições de permanência no cargo do senhor Governador do Banco de Portugal. Nós não alinharemos nesse coro”, respondeu.

Sobre as declarações do atual responsável do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a Europa, que numa conferência de imprensa em Washington avisou que Portugal precisa de adotar medidas adicionais para atingir a meta do défice este ano, considerando que a situação difícil em que está o país resulta de ter negligenciado a política orçamental nos últimos dois anos, a vice-presidente do PSD respondeu que “será o Governo a ter que explicar se vai ou não ter que tomar medidas adicionais



e por que razão é que as tomará se for caso disso”.

“No que diz ao respeito ao passado, o Governo de que o PSD fez parte e liderou tomou todas as medidas necessárias ao cumprimento de um memorando a que estava obrigado, de onde de resto o país saiu bem-sucedido e reconhecido internacionalmente como tendo alcançado os objetivos que se propunha”, recordou apenas.

Na opinião de Teresa Morais, “se o FMI vem agora fazer críticas para trás, elas terão que ser analisadas de novo uma vez que o fim do programa de ajustamento não mereceu críticas no momento em que ele terminou”.

No sábado, 16 de abril, a vice-presidente Teresa Morais e o presidente do Grupo Parlamentar Luís Montenegro estiveram na sessão de tomada de posse dos novos órgãos da Seção do PSD de Pombal.



Estreitar relações com o Partido Comunista Chinês

A China quer reforçar as relações com Portugal através dos partidos políticos e o PSD está disposto a desenvolver as relações com o Partido Comunista Chinês (PCC), anunciou a agência oficial Xinhua. A agência cita Guo Jinlong, membro da Comissão Política do Comité Central do PCC, que se reuniu na quinta-feira, dia 14, na capital chinesa com o secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, segundo a Xinhua.

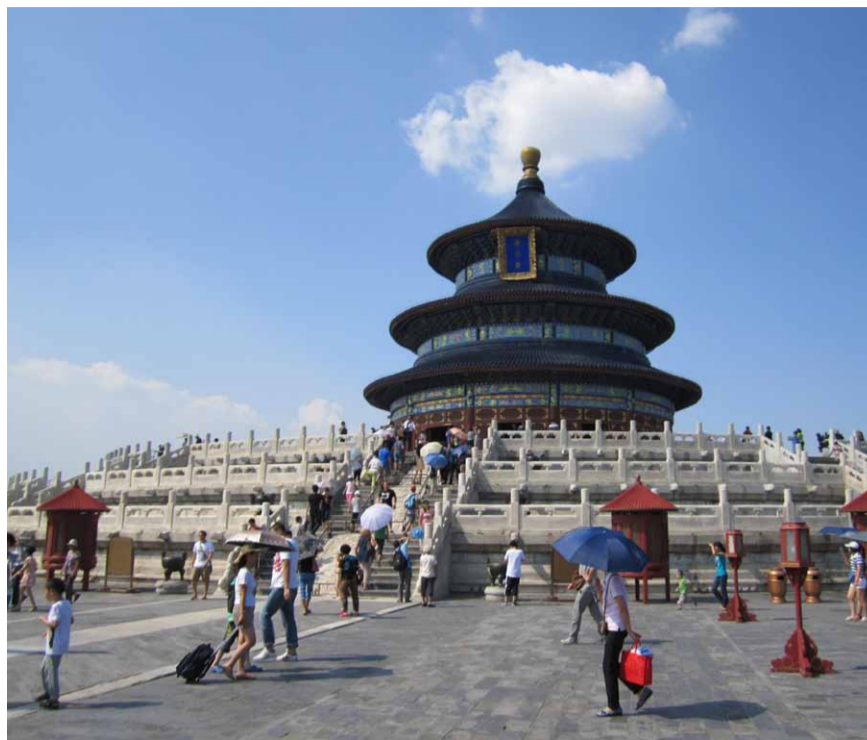
Guo Jinlong afirmou que “o PCC atribui grande importância às relações com o PSD” e que “a China quer reforçar a cooperação com Portugal através do intercâmbio entre os partidos políticos”.

O responsável chinês, que é também secretário do Comité Municipal de Pequim do PCC, enalteceu ainda “o aprofundamento da confiança política mútua e o contínuo desenvolvimento dos laços económicos e comerciais entre os dois países”.

De acordo com a Xinhua, José Matos Rosa declarou que o PSD está pronto para desenvolver relações com o PCC e estreitar laços em áreas como a política, a economia, a cultura e a educação.

Fundado em 1921, o PCC é o maior partido político do mundo, com mais de 80 milhões de filiados. Mantém contactos regulares com o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Português (PCP) há mais de duas décadas, mas com o PSD são raros.

Portugal tornou-se nos últimos anos um dos principais destinos do investimento chinês na Europa, logo a seguir ao Reino Unido, Alemanha e França, num montante que já ultrapassou os 10 mil milhões de euros, segundo fontes portuguesas.



JSD pede mais apoio ao desporto universitário



A Juventude Social Democrata (JSD) quer mais apoio ao desporto universitário e entregou um projeto de resolução recomendando ao Governo um reforço do seu financiamento e medidas como o alargamento do seguro escolar às atividades desportivas. Além dos cinco deputados da JSD, subscrevem este projeto de resolução o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, o ex-ministro da Presidência, Luís Marques Guedes, que tutelou este setor, o ex-secretário de Estado do Desporto e Juventude, Emídio Guerreiro, e outros membros da bancada social-democrata como Margarida Mano e Nilza Sena.

Nesta iniciativa da JSD, organização liderada pelo deputado Simão Ribeiro, a atuação do anterior Governo é descrita como um “trabalho de valorização e desenvolvimento do desporto universitário” que “não pode ficar por aqui, nem ser esquecido ou desconsiderado” pelo atual e futuros executivos.

A primeira recomendação ao Governo do PS é que “o financiamento ao desporto universitário por via dos contratos-programa de apoio à Federação Académica do Desporto Universitário seja reforçado, estabelecendo-se metas/objetivos de crescimento e de desenvolvimento da prática desportiva”.

Os deputados pedem também que “seja introduzido o caráter bianual do financiamento, alinhado com os projetos das Universiadas”, e que “seja dada continuidade ao devido acompanhamento institucional à organização dos Jogos Europeus Universitários 2018, em Coimbra, o qual se traduzirá no maior evento multidesportivo alguma vez realizado em Portugal”.

Outras recomendações são que se “legisle o Estatuto do Estudante-Atleta com base nas conclusões apresentadas pelo grupo de trabalho criado pelo anterior Governo” e que “o seguro escolar seja estendido às atividades desportivas, assegurando a inclusão das coberturas e dos montantes mínimos estabelecidos para a prática desportiva”.

É também proposto que “o formulário de candidatura ao ensino superior inclua um campo próprio sobre hábitos desportivos, que permita uma melhor adaptação da oferta desportiva nas instituições de ensino superior ao perfil desportivo de cada estudante”.

PCP e BE venderam-se ao “perfume do poder”

O PSD acusa o PCP e o BE de estarem “vendidos ao perfume do poder” e contra a liberdade de expressão por terem rejeitado as audições do ex-ministro da Cultura, da ERC e da diretora do “Público”. Esta posição foi assumida pelo deputado e vice-presidente da bancada social-democrata Sérgio Azevedo, em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, dia 13m numa reação ao chumbo daquelas audições que o PSD tinha pedido através de um requerimento na Comissão de Cultura.

“Fica claro que o PCP e o BE são partidos que estão rendidos e vendidos ao perfume do poder. Portanto, a partir de hoje, jamais poderão dizer que são partidos que defendem a liberdade de expressão e que entendem que o parlamento é o lugar indicado para a explicação de assuntos desta natureza”, sustentou o deputado, referindo que o PSD já contava com os votos contra do PS.

Sérgio Azevedo lamentou igualmente o chumbo da audição do ex-Chefe do Estado-Maior do Exército por parte dos mesmos partidos: “Mais uma vez, estes partidos, em conluio, organizados, votaram contra essa audição, impedindo o esclarecimento cabal ao parlamento e aos portugueses”.

O social-democrata salientou que este é o mês do 25 de Abril, que instituiu a liberdade de expressão em Portugal, acrescentando: “É com grande consternação e com uma profunda tristeza que vemos hoje no parlamento português uma atitude limitativa dessa mesma liberdade de expressão por parte do PS, do PCP e do BE, sobretudo destes dois últimos, que se têm dito paladinos da defesa da liberdade de expressão”.

Questionado sobre as audições chumbadas por outras maiorias parlamentares noutras legislaturas, Sérgio Azevedo alegou que o PSD se comportou de forma diferente quando esteve no Governo. “Nós autorizámos sempre e validámos sempre as audições, por exemplo, no caso do ministro Miguel Relvas”, alegou.

“Nunca fugimos a essa matéria nem nunca coartámos a liberdade de expressão. Estes partidos sim, estão a fazê-lo, de forma organizada hoje no parlamento. É um modo de operação que em nada corresponde àquilo a que estamos habituados a assistir”, reforçou.

Segundo Sérgio Azevedo, na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, o requerimento do PSD para ouvir o ex-ministro João Soares, o conselho regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e a diretora do Público foi chumbado com os votos contra de PS, BE e PCP e a abstenção do CDS-PP.

Interrogado sobre a possibilidade de o PSD impor essas audições, o deputado respondeu que “os ex-membros do Governo não cabem no Regimento para o agendamento potestativo”, apenas os governantes em funções.

PSD/Porto quer esclarecimentos sobre infeções hospitalares



A Distrital do Porto do PSD quer esclarecimentos sobre “o alastramento de bactérias” em hospitais do Norte, pretendendo saber qual a estratégia do Governo para “erradicar este flagelo”. Em comunicado enviado à Lusa, a Distrital do PSD/Porto diz-se “surpreendida com a ausência de esclarecimentos e absoluto silêncio por parte do Governo” sobre esta matéria. “Em causa está o alastramento de bactérias no Hospital S. João e Santo António, no Porto, Hospital Pedro Hispano, em Matosinhos, e casos referidos na cidade de Braga e Vila Nova de Gaia”, destaca, acrescentando exigir “ter conhecimento das ações levadas a cabo pelo Governo até ao momento e saber qual a sua estratégia para erradicar este flagelo”.

O “Correio da Manhã” publicou na semana passada uma notícia com o título “Bactérias alastram nos hospitais do Norte”, adiantando que, “no total, são 22 as pessoas internadas nos hospitais da zona Norte com a bactéria ‘Klebsiella pneumoniae carbapenemase’”.

O Hospital de S. João revelou, dia 15, que não foram identificados, desde sábado, “casos novos” de portadores de bactéria resistente, estando atualmente internados “em área específica” sete doentes, dois com “infeção ativa”.

Além dos doentes no S. João, o “Correio da Manhã” refere que “há sete casos no Hospital de Santo António”, “um em Braga, três em Vila Nova de Gaia e dois no Hospital Pedro Hispano, em Matosinhos”.

O PSD/Porto acrescenta ainda ter “conhecimento que a principal preocupação do Ministério da Saúde e do Presidente da Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte não é salvaguardar a saúde pública das populações do Norte mas sim, a substituição do Conselho de Administração” daquela entidade, bem como “das administrações hospitalares, numa clara ação” que considera “de assalto ao poder - atitude característica do Partido Socialista”. “É exemplo a situação verificada no Hospital do Tâmega – Sousa, em Penafiel, onde um reconhecido membro do Partido Socialista é presidente do seu Conselho de Administração - que, diga-se, foi nomeado pelo Governo do PSD/CDS-PP, com inegáveis provas de gestão de qualidade, e que atualmente está a ser afastado para, eventualmente, ser substituído por um ‘boy’”, especifica.

A Distrital critica ainda o silêncio do líder da federação Distrital do PS, Manuel Pizarro, antigo secretário de Estado da Saúde.

Câmara de Braga diminui dívida em 10,5 milhões de euros

A câmara municipal de Braga diminuiu em 2015, cerca de 10,5 milhões de euros à dívida global e executou em 80% o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), segundo o Relatório de Gestão daquele ano, citado em comunicado autárquico. Na “informação” divulgada, realça-se que a autarquia dirigida por Ricardo Rio (coligação PSD/CDS-PP/PPM) tem aumentado “de forma consistente” a “folga” para o limite de dívida legal e a sua capacidade de endividamento.

Trata-se, assinala, de “folga” considerada “prioritária” para fazer face a processos judiciais pendentes e a objetivos do executivo como a resolução da Parceria Público Privada para a gestão de equipamentos desportivos (SGEB) e o resgate da concessão dos parquímetros na cidade.

O mesmo texto explicita ainda que a dívida consolidada de “todo o universo municipal” era, no final de 2015, de 64 milhões de euros, sendo que em 2013 atingia os 107 milhões de euros e que as Funções Sociais foram a rubrica que mais “concentrou” o investimento do município, representando 65% do PPI (5,1 milhões de euros executados).

“O presente relatório atesta de forma clara os resultados de uma política de rigor, de um executivo que quer uma autarquia com uma gestão financeira exemplar, cumpridora dos seus compromissos para com terceiros e capaz de se libertar do coleto que restringe a sua capacidade investimento”, considera o presidente da autarquia.

Segundo aquele documento, a câmara de Braga reduziu 20,6 milhões de euros o volume da sua dívida total, entre 2013 e 2015, sendo que no último ano aquela dívida baixou 17% (10,5 milhões de euros), havendo ainda uma “redução em mais de 10% da dívida bancária do município”.

A autarquia realça também que houve uma “clara melhoria do desempenho” das Empresas Municipais que, deste modo, ficam excluídas da definição dos limites da dívida.

“Estes indicadores relevam que o Município de Braga tem aumentado, de forma consistente, a sua folga para com o limite legal à dívida e, inclusive, o aumento da margem de endividamento”, lê-se.

A autarquia, define o comunicado, considera “prioritário garantir esta folga, quer por conta da desejável resolução do processo da SGEB, quer para viabilizar o resgate da concessão do estacionamento de superfície à ESSE, quer até para acautelar a necessidade de adotar medidas de recurso no contexto dos processos judiciais em curso (que nos termos da Auditoria realizada em 2013 podem acarretar encargos na ordem dos 20 milhões de euros).”

Quanto ao PPI, o texto aponta uma taxa de execução de 80%, “mais do dobro da registada no mandato anterior em anos não eleitorais”.

Neste capítulo, refere a autarquia, “as Funções Sociais têm um montante executado de 5,1 milhões de euros, encontrando-se aqui concentrada a maior fatia dos investimentos do Município, já que representam 65% do PPI.

PSD lidera a discussão sobre o Plano de Mobilidade e Transportes de Leiria

Num debate aberto à comunidade, realizado em 16 de abril de 2016, o PSD de Leiria chamou os leirienses para discutir o Plano de Mobilidade e Transportes, no seguimento da apresentação do Plano, pela maioria socialista do executivo camarário.

Ao longo do debate, que demorou mais de três horas, foi elogiada a vontade da estrutura do PSD de pôr este assunto a discussão, havendo várias intervenções contra este Plano de Mobilidade, que nada de benéfico traz à Cidade de Leiria.

Após as intervenções dos oradores convidados e de ser analisado minuciosamente o plano, ao contrário do que aconteceu na apresentação feita pela câmara municipal de Leiria, que optou por não responder a várias questões, os intervenientes ficaram com a certeza de que “os problemas dos munícipes, visitantes e comerciantes de Leiria irão ser agravados se este Plano de Mobilidade for para a frente”.

Assim, a Comissão Política da Secção de Leiria do PSD não poderá ser favorável à implementação deste Plano de Mobilidade uma vez que aumenta o tráfego viário na Rua Dr. João Soares, junto às escolas D. Dinis, Rodrigues Lobo, e a Escola Superior de Educação provocando uma diminuição da segurança de centenas de peões que atravessam diariamente esta via; provoca a supressão do tráfego viário na Avenida Heróis de Angola, com a “pedonalização” em toda a extensão da via, com consequências nefastas para o comércio local; altera a circulação do Largo 5 de outubro, junto ao Jardim Luís de Camões; proíbe, entre outros: o atravessamento da Rua dos Mártires (estrada da Marinha Grande) para a Rua do Município; da Av. Marquês de Pombal para a Rua do Município, sentido descendente; fica interdita a circulação da Rua Dr. João Soares para a Rua dos Mártires, o que irá provocar transtornos incomportáveis para os Leirienses; aumenta as distâncias, provoca mais poluição e faz disparar os custos a percorrer entre diferentes pontos da cidade; torna o IC2 como via obrigatória para qualquer pequena deslocação no centro da cidade; prevê a construção de parque subterrâneo no Largo do Município, tarifado, tendo como consequência o abate dos pinheiros mansos do local que constituem uma importante mancha verde/sombra nesta zona da cidade; aumenta as zonas de estacionamento tarifado, como por exemplo nos Capuchos e na maioria das ruas e avenidas da baixa da cidade; reduz do número de entradas de acesso ao Centro Histórico (de 3 para 1), podendo esta medida levantar questões de segurança para pessoas e bens; incrementa exponencialmente o tráfego da Av.ª Marquês de Pombal, para a zona do Centro de Saúde Gorjão Henriques, sentido rotunda D. Dinis, zona tradicionalmente residencial.



A conclusão que ficou deste debate é que Leiria e os leirienses estão descontentes com as mudanças propostas no Plano de Mobilidade da Cidade. Além de mostrarem toda a vitalidade, capacidade de discussão e capacidade de apresentar melhores soluções, todos os presentes irão combater como cidadãos, ou através dos partidos políticos, nos órgãos próprios, nas associações, ou como movimentos cívicos a não aplicação deste Plano de Mobilidade.

Numa sala cheia de militantes, simpatizantes e destacados leirienses, o debate foi moderado pelo líder do PSD de Leiria e vereador, Álvaro Madureira e contou com os oradores Almeida Lopes, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós (ACILIS), Lino Ferreira, o arquiteto Francisco Marques e Vitorino Guerra, professor e morador no centro histórico.

Luís Montenegro no debate quinzenal no parlamento

Assuntos do Estado não podem ser tratados como uma “conversa de café”

O PSD acusa o primeiro-ministro de falar de assuntos do Estado na forma de “conversa de café” e quer que se esclareça a sua proposta de “veículo de resolução do crédito mal parado”. Durante o debate quinzenal, no parlamento, dia 15, o líder parlamentar do PSD fez alusão à participação do advogado Diogo Lacerda Machado em processos negociais que envolvem o Estado, recordando ao primeiro-ministro declarações suas contra a contratação externa de juristas.

Luís Montenegro considerou que este é “mais um caso em que a palavra dada não foi a palavra honrada”. Depois, lembrou a António Costa a sua recomendação aos membros do Governo para que não falem “como se estivessem à mesa do café” e defendeu que “tem de ser aplicada a começar por cima”.

“Disse ao país que tinha a seu lado o seu melhor amigo, que estava a negociar dossiês importantes da governação”, referiu. “Não lhe parece que isto é uma espécie de conversa de café, muito séria, porque estamos no domínio da transparência, do escrutínio e da fiscalização dos atos que são praticados em nome do Estado e do Governo?”, questionou.

Luís Montenegro interrogou o primeiro-ministro sobre o referido “veículo de resolução do crédito mal parado”, considerando que este tema também foi abordado em tom de “conversa de café” e sem “uma postura institucional”.

O líder parlamentar do PSD defendeu que o chefe do Governo não pode lançar uma ideia destas sem a concretizar.

“Senhor primeiro-ministro, está a falar do quê? Com que fundos é que quer criar este veículo? Para pagar o quê? Um primeiro-ministro, quando tem uma ideia destas, tem de ter um projeto. Qual é o seu projeto?”, perguntou.

Alegando que “não houve nenhum entusiasmo por parte da banca” em relação a essa ideia, Luís Montenegro frisou: “Nós hoje, em Portugal, não sei se precisamos de um banco mau para as imparidades, mas precisamos de deixar de ter um Governo mau”.

PSD contesta aproximação do governo português à Grécia

Em nome do PSD, Luís Montenegro criticou a “cumplicidade política entre o Governo e o Governo grego” que, no seu entender, ficou evidente na recente visita do primeiro-ministro a Atenas. “Isso fez com que se desse uma imagem de que as situações vividas nos dois países são similares. Essa imagem é um erro estratégico para o nosso país”, defendeu o social-democrata.

Luís Montenegro referiu que Portugal terminou o seu programa de resgate, enquanto a Grécia “ainda não encerrou o terceiro resgate e depara-se com a necessidade de tomar medidas muito difíceis, como o aumento do IVA”.

Quanto a esta medida, observou: “Espero que o senhor primeiro-ministro não tenha ido à Grécia para se inspirar, francamente espero que isso não esteja em cima da mesa”.

Economia, questões políticas e sociais foram temas em destaque, no debate quinzenal com o primeiro-ministro no parlamento, e coube ao Bloco de Esquerda abrir a discussão com questões sobre o sistema financeiro. No último debate quinzenal, realizado a 30 de março, o primeiro-ministro escolheu o Programa Nacional de Reformas como tema da intervenção inicial.



Veículo para crédito mal parado não pode onerar os contribuintes

O PSD considera que é ainda necessário clarificar questões sobre criação de uma instituição financeira responsável pelo crédito malparado, mas sublinhou que é fundamental a salvaguarda dos contribuintes, que não devem ser onerados com encargos adicionais. “A questão fundamental relativamente a este mecanismo tem a ver com a salvaguarda dos contribuintes, o PSD entende que os contribuintes não devem ser onerados com encargos adicionais”, afirmou o deputado do PSD Manuel Rodrigues, no parlamento, dia 13.

Reservando uma posição do partido para quando forem conhecidos os termos do veículo de ativos não produtivos avançado pelo Governo, Manuel Rodrigues disse existirem ainda questões que importa clarificar.

O primeiro-ministro, António Costa, defendeu no fim de semana numa entrevista à TSF e ao DN que é “útil para o país encontrar um veículo de resolução do crédito malparado”, considerando também que só as instituições europeias podem responder se Portugal precisa de uma nova ajuda externa para o sistema financeiro.

Para o PSD, acrescentou Manuel Rodrigues, é necessário ainda clarificar como se irá financiar este fundo, que tipo de ativos não produtivos irá integrar o seu balanço ou se este fundo irá ser lançado antes ou depois da alienação do Novo Banco.

Ou seja, salientou, há muitas questões que estão a ser desenhadas pelo Governo e o PSD aguarda os seus detalhes para se pronunciar.

Manuel Rodrigues ressaltou, contudo, que apesar do elevado volume de ativos não produtivos existente nos bancos nacionais, que penaliza a rentabilidade acionista, o financiamento à economia tem estado assegurado.

“O ponto central é o financiamento à economia, que tem estado garantido em Portugal”, frisou, reconhecendo, contudo, que um elevado volume de ativos não produtivos penaliza a rentabilidade acionista.

O deputado do PSD defendeu ainda que dada a elevada exposição da banca nacional à dívida pública, “a melhor garantia de solidez e a melhor garantia de estabilidade do sistema financeiro, tem a ver com o fortalecimento das finanças públicas”.



Esclarecimentos sobre demissão do chefe do Estado-Maior do Exército



O PSD vai requerer esclarecimentos do ministro da Defesa no parlamento sobre a demissão do chefe do Estado-Maior do Exército, Carlos Jerónimo, considerando que declarações públicas de Azeredo Lopes podem ter precipitado a decisão do general.

O coordenador dos deputados do PSD na comissão parlamentar de Defesa Nacional, Pedro Roque, reiterou que pretende esclarecer as circunstâncias que motivaram o pedido de demissão do general Carlos Jerónimo, afirmando que ele surgiu na sequência de “declarações públicas imprudentes” do ministro da Defesa Nacional, Azeredo Lopes, que “terão de alguma maneira precipitado” o pedido de demissão.

“Já observámos, pelas reações de vários quadrantes dentro do Exército que há uma forte insatisfação com este pedido de demissão”, salientou o deputado Pedro Roque, em declarações à Agência Lusa, afirmando que está em causa “a coesão interna do ramo”.

Numa reportagem publicada no dia 1 de abril pelo jornal “Observador”, o subdiretor do Colégio Militar, tenente-coronel António Grilo, afirmou: “Nas situações de afetos [homossexuais], obviamente não podemos fazer transferência de escola. Falámos com o encarregado de educação para que perceba que o filho acabou de perder espaço de convivência interna e a partir daí vai ter grandes dificuldades de relacionamento com os pares. Porque é o que se verifica. São excluídos”.

O ministério da Defesa fez saber que pediu explicações ao Comando do Exército e assumiu que “considera absolutamente inaceitável qualquer situação de discriminação, seja por questões de orientação sexual ou quaisquer outras, conforme determinam a Constituição e a Lei” e questionou que medidas pretende adotar “para garantir o direito à não discriminação”.

Para o deputado do PSD, estas afirmações do ministro da Defesa, citadas pelo DN, “podem estar na origem” do pedido de demissão que, realçou, “está a gerar uma manifestação clara de solidariedade” por parte de vários oficiais e um “clima de insatisfação interna” nas Forças Armadas.

O requerimento para ouvir o ministro da Defesa e o general Carlos Jerónimo, cuja posição o PSD quer também ouvir, foi entregue na quarta-feira na reunião da comissão parlamentar de especialidade.

Ministro das Finanças prestou “depoimento falso”



O PSD acusa o ministro das Finanças de prestar “um depoimento falso” na Comissão de Inquérito do Banif, sobre o seu papel na venda ao Santander Totta. Os sociais-democratas, através dos deputados Luís Marques Guedes e Carlos Abreu Amorim, apresentaram, dia 14, um email “cujo conteúdo põe frontalmente em causa o depoimento” do ministro Mário Centeno na comissão de inquérito, onde foi ouvido na semana passada.

Em causa, está uma missiva de Danièle Nouy, presidente do Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu (BCE), onde - no sábado, 19 de dezembro, pela manhã - esta diz ter recebido chamadas de Centeno e do vice-presidente do BCE, Vítor Constâncio, pedindo para o BCE “desbloquear a oferta do Santander junto da Comissão Europeia”. “A ser assim”, diz o PSD, tanto Centeno como Constâncio, “provavelmente concertados, não o sabemos”, pediram ao BCE uma “intervenção de amaciamento dos serviços da Comissão Europeia (presume-se que a DG Comp), para aceitarem a entrega do Banif ao Santander”.

A decisão sobre a resolução do banco e venda ao Santander Totta deu-se nessa tarde de sábado, e o anúncio da mesma seria feito no dia seguinte, domingo (20 de dezembro).

“Afim o Governo português fez força para que o Banif fosse entregue ao Santander? Concertou essa iniciativa com o doutor Vítor Constâncio? Porquê o Santander?”, interrogou Marques Guedes, um dos deputados do PSD na comissão de inquérito.

O parlamentar falava em conferência de imprensa tida no parlamento esta tarde, e onde estavam presentes a grande maioria dos deputados do PSD com assento na comissão de inquérito ao Banif. Mentir numa comissão de inquérito é crime punível por lei.

Na terça-feira, dia 19, o ministro das Finanças, Mário Centeno, reiterou “todas as afirmações” que já prestou à comissão de inquérito ao Banif, falando numa “insinuação” do PSD.

Marques Guedes voltou a confrontar o governante com a compra de quase 1,8 mil milhões de euros de dívida pública portuguesa pelo Santander Totta, questionando se a mesma estava ligada à venda do Banif ao banco de capitais espanhóis e o porquê de se ter tratado de uma colocação privada de títulos.

Assunto: Fw: Banif

Dear [REDACTED]

I have been called yesterday evening by both Vitor Constancio and the Minister of Finance of Portugal to ask me to un-block the Santander offer with the EU Commission. It went very well and I was debriefed this morning about the discussions of the night. Now both the EU com and Santander are ready to move when the Portuguese Authorities are ready.

You will find below the e-mail I sent this morning to Mr Centeno.

My recommendation is to move fast, to open the resolution procedure (if not yet done) and to coordinate very well the bond bail-in of Banif [REDACTED]

I am at your disposal to help if need be (I am travelling: plane until 14:30 and car later, but I read my e-mails and my flight is only 1 hour 20 minutes). So I will be reachable most of the time; moreover Sabine, Jukka and Ramon are closely following the current developments.

Kind regards

Daniele

O que diz o “email”

Caro (nome rasurado),

Recebi ontem à noite chamadas de Vítor Constâncio e do Ministro das Finanças de Portugal, pedindo-me para desbloquear a oferta do Santander junto da Comissão Europeia.

Correu muito bem e fui informada esta manhã sobre as discussões da noite passada. Agora, a Comissão Europeia e o Santander estão prontos para avançar quando as autoridades estiverem prontas.

Encontrarão infra o email que eu enviei esta manhã ao sr. Centeno.

A minha recomendação é para se avançar rápido, abrir o processo de resolução (se isso ainda não foi feito), e coordenar muito bem o bail-in das obrigações do Banif...”

“Mais estabilidade” nas políticas educativas

Duarte Freitas defende “mais estabilidade” nas políticas educativas na região, de forma a “pôr cobro” ao que qualifica de “enorme falhanço” do governo regional socialista na área da educação. “Precisamos ter mais estabilidade nas políticas educativas, menos burocracia em cima dos professores, mais formação, mais rigor e mais acompanhamento”, declarou Duarte Freitas, durante uma visita à Escola Secundária Manuel de Arriaga, na cidade da Horta, ilha do Faial, 14 de abril.

Duarte Freitas considera que as estatísticas sobre o insucesso e o abandono escolar colocam os Açores “nas últimas posições a nível nacional”, apesar de a região ter, estatutariamente, “competência na área da Educação”. “Isto revela um enorme falhanço nas políticas educativas deste regime socialista de 20 anos, a que urge pôr cobro, porque não podemos perder mais uma geração”.

Na sua opinião, é necessário que “toda a comunidade educativa” e também a sociedade em geral se empenhe para que os Açores possam ter “políticas assertivas”.

Para o PSD, lembrou, a educação é uma “prioridade absoluta”.

Por sua vez, o deputado social-democrata Joaquim Machado acusou o Governo dos Açores, liderado pelo socialista Vasco Cordeiro, de não ter respondido a 42 requerimentos do partido, mas o executivo contrapôs que, dos 561 que lhe chegaram esta legislatura, respondeu a 454. “O governo regional está em falta com 42 requerimentos do PSD que ultrapassaram os 60 dias de que dispõe para prestar contas do que lhe é solicitado, ao abrigo do estatuto e do regimento do parlamento”, afirmou o deputado social-democrata Joaquim Machado, numa sessão de perguntas ao executivo no plenário parlamentar, que decorre na Horta.

Joaquim Machado exemplificou que o PSD aguarda há três anos e um mês pela resposta a um requerimento, salientando que a falta de resposta “significa o incumprimento da lei e o desrespeito ao parlamento”. “Isto é sintomático, é um tique dos regimes políticos de longa duração onde impera a prepotência e um indistigável sentimento de impunidade”, continuou o parlamentar.

A secretária regional adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Isabel Rodrigues, reconheceu que “há respostas em falta” e admitiu que o executivo nem sempre consegue “responder com a celeridade desejada”, mas rejeitou as “imputações feitas à bancada do governo”.

Segundo dados da secretaria regional, nesta legislatura foram entregues 561 requerimentos pelos seis partidos com assento na Assembleia Legislativa dos Açores, tendo sido respondidos 454, isto é, 80,9%. A maioria dos requerimentos – 295 – partiu do PSD, partido que teve 237 respostas. Segue-se o PPM, com 114 requerimentos e respostas a 87. O PS foi o partido que menos requerimentos fez - quatro no total - e foram todos respondidos.

A sessão de perguntas pelo deputado Joaquim Machado deveu-se ao facto de aguardar, há quatro meses, pela resposta a um requerimento relativo aos rastreios aos professores, exigindo saber quando é que foram feitos, quanto foi gasto e quantos docentes seriam abrangidos por esta ação este ano letivo.



Dez mil açorianos continuam à espera de cirurgia



O PSD/Açores critica o facto de continuarem “mais de 10 mil açorianos à espera de uma intervenção cirúrgica”. “Há um ano eram 9 mil, hoje são mais de 10 mil açorianos em listas de espera para serem operados, e alguns deles esperam há mais de quatro anos”, alertou o deputado Luís Maurício. O social-democrata deu voz “ao incómodo dos utentes do Serviço Regional de Saúde (SRS), que comprova o falhanço dos objetivos políticos deste governo, neste e noutros setores”.

“É assim com as listas de espera cirúrgica, e é assim com a promessa de que todos os açorianos teriam médicos de família em 2016. Mais uma promessa que não foi cumprida”, lembrou Luís Maurício. “Há um falhanço claro do compromisso do governo e da bancada que o sustenta para com os utentes do SRS. E é um incómodo pessoal e do PSD/Açores ouvir o senhor secretário regional dizer que a assistência nos centros de saúde está melhor do que nunca. Porque isso não é verdade”, acrescentou.

O deputado do PSD/Açores referiu igualmente que “os tempos máximos de resposta garantidos no SRS não passam de um papel sem qualquer valor”, criticando igualmente o facto de o governo querer “obrigar os doentes a pagar a diferença da deslocação entre hospitais, sem cumprir os tempos máximos que os mesmos deveriam esperar pelas consultas”.

Sobre o transporte terrestre de doentes, e durante a análise a uma proposta que pretendia a isenção de encargos com o transporte não urgente de doentes, Luís Maurício criticou o governo regional por debater a questão “como se todos esses transportes acontecessem na mesma ilha, prestados por ambulâncias dos bombeiros voluntários, ou por outro serviço consignado pelo SRS”.

“Não é assim, porque muitas vezes o transporte é feito de táxi. E há uma insatisfação que toda a gente conhece”, frisou.

“Neste caso, não é pelos telefonemas feitos pela Connexall que se pode aferir a satisfação dos doentes e dos seus acompanhantes”, ressaltou o parlamentar, sublinhando que “essa é uma realidade comprovada pelos doentes crónicos”.

Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Cavaco Silva na posse do XI Governo Constitucional

TUDO FAREMOS PARA MERECEER A CONFIANÇA EM NÓS DEPOSITADA



O Presidente da República cumprimenta o Prof. Cavaco Silva depois de ter empossado o XI Governo Constitucional

• *Assumimos com entusiasmo e confiança a missão que nos é atribuída por maiores que sejam o esforço exigido e o peso das responsabilidades*

Senhor Presidente da República.

Senhoras e Senhores.

O Governo que hoje toma posse representa, por vontade clara do Povo Português, expressa através do voto livre e consciente, uma linha de continuidade do X Governo Constitucional derrubado na Assembleia da República, em 3 de Abril passado. As eleições de 19 de Julho foram, em grande parte, um julgamento da acção do Governo que agora cessa funções, da nossa forma de exercer o poder e também do comportamento das oposições em relação a esse Governo.

Foi sobre esse julgamento que os Portugueses construíram as suas opções para o futuro e nos conferiram um mandato inequívoco para governar Portu-

gal nos próximos quatro anos.

Poucas vezes, como nestas eleições, terá sido tão forte a consciencialização do Povo Português de que lhe competia a palavra decisiva sobre o conflito de legitimidade criado pela aprovação da moção de censura e consequente queda do governo.

E, como nunca tinha acontecido desde o 25 de Abril, fê-lo de modo a que não subsistissem quaisquer dúvidas sobre o que sentia e o que queria, concentrando mais de 50% dos votos numa só força política, de entre as cinco que detinham representação significativa na anterior assembleia.

Todos os que têm responsabilidades políticas, nos diversos órgãos de soberania, no governo ou na oposição, devem meditar

sobre o profundo significado de uma tão clara manifestação de vontade do eleitorado, em particular o repúdio pelas crises políticas, o desejo de estabilidade governativa, a vontade de ver respeitado o período normal da legislatura. O Povo Português, numa manifestação de querer, quase sem precedentes na Europa Ocidental, decidiu contrariar as tendências do nosso sistema político, o que era para muitos uma quase impossibilidade prática.

Por acção directa do eleitorado, a Democracia Portuguesa deu, em 19 de Julho, um significativo passo em frente, ao serem concedidas, pela primeira vez, a uma só força partidária, condições políticas para formar um Governo de Legislação, homogéneo e

(Continua na página 2)

OS PORTUGUESES TÊM AGORA MAIS FORTE RAZÃO PARA ACREDITAREM QUE PODEM VENCER

Edição n.º 670 do "Povo Livre", de 19 de agosto de 1987. Manchete: "Cavaco Silva na posse do XI Governo Constitucional: Tudo faremos para merecer a confiança em nós depositada". Vítor Crespo era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Abril de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua Joaquim Francisco de Oliveira, 13 R/c Esq, Quinta das Oliveiras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise e votação do Relatório e Contas 2015
- 2 - Análise da situação Política

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arouca, para reunir no próximo dia 06 de Maio de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório dos Bombeiros Voluntários de Arouca, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3.- Outros assuntos.

ALTER DO CHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alter do Chão, para reunir, no próximo dia 20 de Maio de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00 na sede, sita na Rua Dr. João Pestana, 13, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política de Secção
- 2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

BAIRRO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo do Bairro - Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Av. Padre Manuel Joaquim Salazar, nº 90, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 e as 21h00.

CARCAVELOS / PAREDE - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Carcavelos - Parede, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua Jogo da Bola, Lt 1-A, Cv, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo Residencial

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 e as 23h00.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Figueira da Foz, para reunir, no próximo dia 21 de Maio de 2016 (sábado), pelas 14h30, na sede, sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção da Figueira da Foz

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta para o efeito, nesse dia das 23h00 às 24h00

- Urnas estão abertas das 14h30 às 23h00.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 02 de Maio de 2016, (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Apresentação, discussão e aprovação de contas de 2015

2 - Análise da situação política, nacional e local

JOANE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Joane - Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00, na sala D do Edifício Doce Lar., sita na Rua de São Bento, nº 375 - 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 e as 21h00.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loures para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Maio de 2016, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja nº 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Cerimónia de assinatura do Livro de Posse dos órgãos concelhios
- 2 - Apreciação e votação do relatório e contas da secção de 2015
- 3 - Apresentação do relatório de actividades
- 4 - Análise da situação política

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça para reunir, no próximo dia 29 de Abril de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 1, Sala 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Análise da situação político-partidária

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça para reunir, no próximo dia 21 de Maio de 2016, (sábado) pelas 18h00 horas, na sede, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 1, Sala 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção de Murça

Notas - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

- Urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir, no próximo dia 29 de Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 no auditório da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos - Pólo de Massarelos, sito na Rua do Campo Alegre, 244, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação das Contas de 2015
- 2 - Informações
- 3 - Análise da situação Política.

SATÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Satão, para reunir, no próximo dia 20 de Maio de 2016, (sexta-feira) pelas 17h00 horas, na sede, sita na Praça Paulo VI, nº 15 - 2º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos órgãos da Secção de Satão

Notas - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

- Urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Verde, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Maio de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, no salão da antiga junta de Freguesia de Oriz São Miguel, sita no Largo Avelino Meireles - Oriz São Miguel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apreciação do relatório de contas de 2015
- 2 - Apreciação e votação do Plano de actividades e orçamento para 2016
- 3.- Análise da situação político partidária local
- 4 - Análise da situação política nacional
- 5 - Outros assuntos de interesse geral.



CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Cascais, para reunir no próximo dia 3 de Maio de 2016, pelas 21 horas, no Largo da estação Nº 4 1º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política;
- 3- Outros

BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Militantes Concelhio da JSD de Bombarral, para reunir no próximo dia 6 de Maio de 2016 (Sexta-Feira), pelas 22 horas, na Sede do PSD Bombarral, sito na Rua Manuel de Lima Souto, N.º 10, R/C, 2540-117 Bombarral, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Situação política concelhia, distrital e nacional.
- 3 – Outros assuntos.

RECTIFICAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os estudantes da Universidade da Beira Interior, militantes da JSD, para reunir no próximo dia 23 de Maio, pelas 21h00, na sede da JSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, 46 – 1º Dto., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade da Beira Interior (NESD/UBI).

A mesa de voto funcionará nestas instalações no período compreendido entre as 21h00 e as 23h00, sendo o acto eleitoral da responsabilidade do Presidente da Mesa do Núcleo de Estudantes Social Democrata da Universidade da Beira Interior ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Núcleo de Estudantes Social Democrata da Universidade da Beira Interior ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da JSD Covilhã, sita na morada acima referida, até às 24h00 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Os interessados em participar no ato eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudante d Universidade da Beira Interior (apresentando cartão de estudante ou certificado de matrícula).

1ª EDIÇÃO

CONFERÊNCIAS DA LIBERDADE

SANTARÉM, 23 DE ABRIL | CNEMA - Centro Nacional de Exposições

ENTRADA LIVRE

PROGRAMA

10h00 Recepção

10h15 Discursos de boas vindas:
José Francisco Gandarez
Nuno Serra
José Matos Rosa

10h30 ABERTURA:
UM RETRATO DE PORTUGAL
APRESENTAÇÃO A CARGO DE:
António Costa Pinto

11h00 I - LIBERDADE POLÍTICA
TEMA: **Partidos Políticos e Cidadania**
MODERADOR: Alexandra Ferreira
SUB-TEMA: **A Reforma do Parlamento**
ORADOR: Álvaro Beleza
SUB-TEMA: **Que Futuro para os Partidos Políticos?**
ORADOR: Conceição Pequito
SUB-TEMA: **Qualidade da Democracia e Sistema Eleitoral**
ORADOR: Manuel Meirinho

12h30 II – LIBERDADE ECONÓMICA E SOCIAL
TEMA: **Desenvolvimento Económico e Direitos Sociais**
MODERADOR: José Manuel Fernandes
SUB-TEMA: **A Criatividade e a Inovação: Alavancas do Crescimento Económico**
ORADOR: Alberto da Ponte

14h00 ALMOÇO-TEMA*
BALANÇO DE 40 ANOS DE DEMOCRACIA
CONVIDADO ESPECIAL:
António Ramalho Eanes

16h00 III - LIBERDADE FINANCEIRA:
TEMA: **A Dívida e as futuras gerações**
MODERADOR: Martim Avillez Figueiredo
SUB-TEMA: **Reestruturar a Dívida ou o País?**
ORADOR: Luís Campos e Cunha
SUB-TEMA: **Reconfiguração Financeira e Económica do País: As políticas públicas e orçamentais**
ORADOR: Jorge Marrão
SUB-TEMA: **Reformas Actuais para Gerações Futuras**
ORADOR: Pedro Reis

18h00 ENCERRAMENTO:
Pedro Passos Coelho

* Participação no almoço sujeita a inscrição prévia através de email - conferenciasdaliberdade@gmail.com ou telefone - 21 395 2140. **Custo por pessoa de €20.**

ORGANIZAÇÃO PSD SANTARÉM